

Vislumbres e Memória. Zanzibar, Porta do Índico Português.

PORTUGUÊS: O objetivo do presente artigo é duplo: cartografar a presença colonial portuguesa na ilha de Zanzibar desde Quinhentos e mapear a ascendência dos impérios europeus na partilha da África de Oitocentos. A ilha, que no século XVI se transformou na porta do Índico português com estabelecimento de um entreposto e de uma Missão, seria conquistada pelo sultanato de Omã duzentos anos depois da chegada de Vasco da Gama, em 1698, mas foi ao longo do século XIX que se tornou num palco privilegiado da hegemonia imperial europeia num continente fortemente marcado pela experiência de dominação colonial. Ao mesmo tempo que o cruzamento de interesses geopolíticos e comerciais das potências ocidentais se centravam em, África, Zanzibar tornou-se no maior entreposto de escravagismo da África Oriental, registo a partir do qual se desenvolveriam linhas de força de âmbito transnacional agora analisadas à luz dos estudos pós-coloniais.

Palavras-chave: África Oriental, Descobrimientos Portugueses, Século XIX, Impérios Coloniais

Glimpses and Memory. Zanzibar, gateway to the Portuguese Indian Ocean.

The aims of this article are twofold: to chart the Portuguese colonial presence in Zanzibar from the 16th century on and to map the origin of the European empires in the 19th century “Scramble for Africa”. In the 16th century Zanzibar became the gateway to the Portuguese Indian Ocean when a trading post and a mission were established there. It was then conquered by the Sultanate of Oman in 1698, two hundred years after Vasco da Gama’s arrival, but it was during the 19th century that it became a privileged stage for European imperial hegemony in a continent heavily marked by the experience of colonial domination. While the crossing of the western powers’ geopolitical and commercial interests were centred on Africa, Zanzibar became the biggest slave entrepôt in East Africa, a fact that led to the development of transnational lines of force that are now analysed in the light of postcolonial studies.

Key words: East Africa, Portuguese Discoveries, 19th century, Colonial Empires

ARTIGO

1498, data mítica da história dos Descobrimientos Portugueses, inicia uma nova narrativa no lugar onde a lenda situava as minas de ouro e diamantes do rei Salomão e o domínio do antigo reino de Sabá mas as primeiras referências à área em cujas águas se ergue Zanzibar

encontram-se no livro de um capitão anónimo intitulado *O Périplo do Mar de Eritreia*, e publicado em grego no século I.¹ Entre 975 e 1498, a costa de Zinj² assistiu a um surto de desenvolvimento mercê da ação dos mercadores e senhores da ilha que ampliaram as trocas comerciais com a Arábia, a Pérsia, a Índia e, inclusive, a China. Mas a odisseia da descoberta do caminho marítimo para a Índia que se iniciou em Lisboa em julho de 1497 viria a alterar a configuração política da ilha: a frota de Vasco da Gama (1469-1524) passaria a 5 de abril de 1498 “a oriente da ilha de Zanzibar, que então não foi reconhecida como ilha, continuando a progredir sem problemas” (Garcia, 2012: 100-101).³ Se à ida para a Índia, a ilha não fora identificada, tal situação alterou-se no itinerário de regresso, uma vez que a jornada de volta a Lisboa não seria feita direto a Ocidente – como aconteceria mais tarde, na Carreira da Índia – pois a ausência de ventos favoráveis impossibilitava tal percurso: afastados da plataforma continental africana, na manhã de 29 de janeiro de 1499, os portugueses passaram frente a Zanzibar, conforme consta de um relato da altura:

E a um domingo, que foram vinte e sete dias do mês (27.1.1499), nos partimos daqui (baixos de S. Rafael) com mui bom vento à popa e à noite seguinte pairámos. E quando veio a manhã nos achámos junto com uma ilha muito grande, que se chama Zamgibar, a qual é povoada de muitos mouros, a qual estará de terra bem a dez léguas. (Fonseca, 1998: 10)

Note-se que, já antes de Vasco da Gama, Pêro da Covilhã (1450-1530) havia avançado pela costa oriental africana, passando ao largo da ilha e disso dando conta no seu diário, muito embora haja aspetos do seu itinerário que se apresentam pouco claros. Sabe-se que percorreu demoradamente a costa litoral da Azania, tendo integrado embarcações de comerciantes árabes que visitavam com regularidade os portos de Mombaça, Melinde, Zanzibar, Kilwa ou Sofala (Freire, 1964:10).⁴

1 A obra referencia várias populações ao longo da costa, permitindo, não só conhecer a sua etnografia, como determinar quais as principais rotas de navegação dos mercadores e comerciantes, à época. No século seguinte, Cláudio Ptolomeu, a quem se devem as primeiras noções cosmográficas que prevaleceram até à chegada dos portugueses ao Índico, marcaria Zingis na costa a norte da latitude de Zanzibar.

2 Por volta de 1100, o persa Buzurg publicou uma recompilação de histórias, onde aparecia o vocábulo Zinj, ou Zanj (negros), daí que Zanzibar signifique “Costa (terra) dos Negros”. Ao longo de 1200, navegantes árabes iriam percorrer estas geografias, fazendo aparecer o nome de Zanzibar nos seus relatos, entretanto publicados. Assim, à população, inicialmente formada por bantus emigrados do interior de África, juntavam-se os mercadores persas e árabes, cruzando-se numa miscigenação de contornos imprecisos.

3 Segundo os relatos da época, a nau S. Rafael encalhou nuns bancos de areia de Matangata, perto da ilha de Pemba. Diz o Roteiro de Álvaro Velho que: “Quando os portugueses tentavam libertá-la, duas almadias se aproximaram, estando uma delas cheia de laranjas, melhores do que as nacionais. Eram de Zanzibar!”

4 Convém igualmente assinalar que Albertino Cantino, representante e espião do duque de Ferrara ao serviço de Lisboa, conseguiu um detalhado mapa dos Descobrimientos Portugueses – que ficou conhecido como o Planisfério de Cantino – o qual fez publicar em 1502, e onde já consta a ilha de Zanzibar.

Conquanto tenha sido Vasco da Gama o primeiro europeu a assinalar Zanzibar, foi Rui Lourenço Ravasco, capitão e cavaleiro da Casa Real, incorporado no terceiro esquadrão, quem a tornaria parte do império português, corria o ano de 1503.⁵ Nas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia (1492-1561), o viajante-escrivão português, refere-se nos seguintes termos à epopeia de Ravasco:

Se tornou andar polo mar aguardando por António de Saldanha, e foy ter nas costas da Ilha de Zamzibar em huma formosa bahia emparada de todos os ventos [...] E depois de assi estarem na bahia hum mes se sairão, e voltarão á Ilha, e forão ao porto da Cidade, que he mui grande e de fermosas casas e bom porto, onde sorgio com dous zambucos que leuaua. [...] e o Rey se fez tributario com pagar cad´anno hum peso d´ouro que pesasse cem maticaes, e cem carneiros pera a nao que aly viesse. Do que deu sua carta em folha d´ouro, e logo pagou o peso dos cem maticaes, [...] Deixando isto assi feito, se partio, e foi a Melinde em busca de António de Saldanha. (Correia, 1975: 414-416)

Em *Asia, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, João de Barros oferece um outro olhar sobre a tomada da costa do Zanguebar⁶ (1946: 270-272), tendo tido influência direta de um manuscrito árabe encontrado pelos portugueses, quando Francisco de Almeida conquistou Quiloa, em 1505.⁷

O facto é que, em dois meses, a capitania de Ravasco capturou mais de vinte chalupas árabes e, com um tiro de canhão, matou trinta e cinco dos quatro mil zanzibares que haviam defendido a ilha, um dos quais o próprio filho do soberano. Em *O Livro de Duarte Barbosa*, o navegador formula um texto que ajuda a desenhar uma atmosfera mais precisa do território, recém-apropriado para a coroa portuguesa:

5 Integrado na Quinta Armada à Índia, que fora configurada por ordem de D. Manuel I, esta epopeia teve como comandante Afonso de Albuquerque, naquela que seria a sua primeira viagem para a Índia. A armada de nove velas fora dividida em três capitánias, a última das quais constituída por três embarcações lideradas, respetivamente, por António de Saldanha, Rui Lourenço Ravasco e Diogo Fernandes Pereira. Este trio partiria em meados de maio mas não seria particularmente bem-sucedido, devido aos fortes ventos da monção, que atrasariam a jornada. Em consequência desta delonga, Rui Lourenço Ravasco, que se apartara de António de Saldanha, decide ir para Moçambique e daí para Quiloa. Tardando Saldanha em se lhe juntar, Ravasco decide fazer uma incursão a Zanzibar, incursão essa que determinaria os duzentos anos seguintes da sua história. Ravasco regressaria a Lisboa cerca de um ano mais tarde, em 1504, dando conta do sucedido ao rei D. Manuel I. Zanzibar tornar-se-ia, em breve, um porto de abrigo para as naus que dobravam o Cabo da Boa Esperança, nas idas e vindas de Goa, na contínua passagem das armadas para a Índia.

6 Antiga designação.

7 O manuscrito árabe conta a história da fundação das colónias persas no litoral da costa africana, nomeadamente a de Zanzibar. O documento revela que, no século X, Hassan, sultão da Pérsia, emigrou e fundou um reino em Quiloa. Mais tarde, um seu neto viajaria até à ilha de Zinj e iniciaria uma dinastia que era a reinante quando os portugueses aí aportaram em 1499. Uma cópia deste escrito foi encontrada por sir John Kirk em Zanzibar e encontra-se no Museu Britânico, tendo sido publicada no *Journal of the Royal Asiatic Society* N.º. 27 de abril de 1895.

Tendo eu, Duarte Barbosa, natural de muito nobre cidade de Lisboa, navegado grande parte da minha mocidade pelas Índias descobertas em nome de El-Rei mosso senhor; e, tendo viajado por muitos e vários países vizinhos à costa, e visto e ouvido várias cousas que julguei maravilhosas e estupendas, por nunca terem sido vistas, nem ouvidas por nossos maiores, resolvi-me escrevê-las para benefício de todos tais como as vi e ouvi de dia em dia, trabalhando por declarar em este meu Livro os lugares e limites de todos aqueles reinos, aonde estive pessoalmente ou de que tive informações dignas de fé, e, bem assim, quais sejam os reinos e países de mouros quais os de gentios e os seus costumes [...] A caminho da Índia, está muito junto a terra firme, uma ilha, em que está uma cidade de que chamam Mombaça, a qual é muito formosa [...] tendo bom porto onde chegam navios e naus que navegam para as ilhas de Zimziba. (Barbosa, 1946: 13-24)

Em 1506, também Francisco de Almeida (c.1450-1510), Vice-Rei da Índia, refere, na sua viagem pela costa oriental de África, a passagem: “Numa ilha que se chama Zanzibar. E porque os mouros da dita ilha já sabiam da destruição de Quiloa lhe fizeram muita honra de mantimentos dizendo que eram a serviço del rey de Portugal”. (Rego, 1962: 536)

Os capitães portugueses, vindos de Moçambique, vinham arrecadar o imposto anual que só viria a ser pago, com regularidade, a partir de 1509, “quando Duarte Lemos veio com uma nau exigir o pagamento. Tendo sido recusado, Lemos atacou a ilha e recolheu-se com muitos despojos. Desde essa data os xeques de Zanzibar conservaram-se leais a Portugal” (Campos, 1935: 5). Era por forma de reinos tributários que se firmava o princípio do domínio de Portugal, na costa oriental africana, e foi desta forma que o Mwinyi Mkuu – o líder da dinastia reinante – se tornaria súbdito forçado de D. Manuel I (1469-1521), ficando os portugueses conhecidos na ilha como *Wareno*.

Entre 1507 e 1511, a frota portuguesa estendeu-se aos territórios do Golfo Arábico, incluindo Mascate e Ormuz, e, em 1525, toda a costa africana – desde Lamu a Sofala – se encontrava sob o domínio de D. João III (1502-1557), tornando-se rapidamente numa zona vital para a manutenção do império comercial a Oriente. Deve-se mencionar que, no século XVI, a Carreira da Índia demorava seis meses, entre a partida de Belém e a chegada a Goa, sendo necessário fazer escalas seguras; daí que Zanzibar se afluasse um sítio a ter em conta, devido, não só às suas águas calmas e baía natural, para fundear as caravelas, como também em virtude de possibilitar o aprovisionamento de mantimentos. Uma importante característica em breve se juntaria às duas anteriores: receber tripulações doentes. Tal facto ficou a dever-se ao futuro governador da Índia, Nuno da Cunha (1487-1539) que, ao conquistar definitivamente Mombaça em 1527, desembarcou com o seu capitão da guarda em Unguja (Zanzibar). Aí deixou duzentos enfermos ao cuidado de Sousa Chichorro,

passando a ilha a figurar como um porto de hospitalização de doentes, uma vez que era menos palustre do que Moçambique.⁸



5ª carta do atlas de Bartolomeu Lassa elaborada em 1590.

Estabelecidas guarnições nos portos de Zanzibar, Pemba e Mombaça, a velha capital de Zanzibar – Unguja Ukuu –, situada a cerca de vinte e quatro quilómetros a sul da atual, foi sendo gradualmente preterida por um local mais a noroeste, e que mais tarde viria a ser conhecido como Stone Town, provavelmente porque, como se refere no manuscrito português da *Relação feita pelo padre Francisco de Monclaro da Companhia de Jesus*, o porto a sul “fosse pequeno”.⁹ Nesse novo lugar, e após a visita de Nuno da Cunha, em 1527, seria erguida uma feitoria e uma casa de hospitalização, que seguramente acoplava uma igreja. Numa carta de João de Sepúlveda – capitão da armada de D. Garcia de Noronha – para El-Rei D. João III, datada de 1542, o autor refere que esteve na “Ylha de Zanzibar domdee por minha maa desposysam estivee trimta ou coremta dias” (Rego, 1962: 134), reiterando a importância desta escala no torna-viagem indiano. Em 1571, Francisco Barreto (1520-1573) – governador de Moçambique – visitaria Zanzibar e escreveria depois um relatório onde afirmava: “A ilha hé a mais fermosa que ele nunca vio e a mays fertill de mantymmentos e outras novydades [...] e o que importa mais que tudo que há na gente daquela ilha muyta desposyção pera se nela prantar a christandade”. (Rego, 1962: 206)

Tal parece, no entanto, não ter acontecido, apesar de se saber que, pouco antes de 1592, o posto estabelecido na futura Stone Town instituiu uma Missão. Em 1612 terá havido aí uma

8 Cf. Justus Strandes (1961), *The Portuguese period in East Africa*, East Africa, Nairobi: Literature Bureau, p. 118.

9 Cf. *Relação feita pelo padre Francisco de Monclaro da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto*, Manuscrito português N.º 8, fls. 241-265, V., BNP, Lisboa, 1573, p. 344.

igreja agostiniana, aparecendo tal ocorrência na bula papal¹⁰ de 21 de janeiro desse ano, o que mostra o empenho eclesiástico lusitano perante a África oriental. Pouco se conhece desta Missão em terra de Zinj, mas parece que o poder missionário lusitano encontrou aqui uma sociedade tolerante, porém profundamente convicta da sua religiosidade, pelo que a evangelização da ilha se reduziu a conversões pontuais. Segundo o artigo de J. J. Campos havia um edifício, onde funcionava a igreja e a feitoria portuguesa (Campos, 1935). Aquele seria protegido por um muramento, posteriormente alterado pelos árabes aquando da construção do forte, informação essa corroborada por Alexander Dalrymple (1737-1808) – o geógrafo escocês – que, em 1774, no seu *Collection of Charts etc. in the Indian Navigation*, afirmaria que da fortificação da urbe construída entre 1699 e 1701 pelos Busaidi, os árabes omatitas que ganharam o controlo de Zanzibar, fazia parte uma igreja em ruínas supostamente portuguesa, e construída por volta de 1560.

Durante quase um século a aliança entre o reino de Zanzibar e os portugueses manter-se-ia firme e, por isso, nunca houve a necessidade de construir fortalezas. Porém, a partir de 1580, com a perda da independência do reino de Portugal para a coroa espanhola, o enfraquecimento da posição político-militar na região chegou a tal ponto que, em 1622, os persas recuperaram Ormuz e, em janeiro de 1650, foi a vez de Mascate.¹¹ O eco das revezes lusitanas seria recebido com júbilo, no seio dos potentados muçulmanos, e indiciaria o princípio do declínio do império português no Oriente. A partir daí, os árabes ganhariam base para as suas futuras ofensivas marítimas, tendo posteriormente intensificado o comércio já existente com a África oriental. Este enfraquecimento gradual da posição portuguesa no Índico explica que doze anos após a restauração da independência, em 1652, os árabes de Omã tenham enviado uma expedição a Zanzibar, com o objetivo de a recuperar das mãos dos colonizadores do velho continente. Num relatório datado de 30 de agosto de 1653 Francisco de Seixas Cabreira reportaria a Lisboa que a soberana de Zanzibar pedira a ajuda a Mascate, para resgatar a ilha do domínio português (Strandes, 1961: 228). No documento, Cabreira explica como reuniu um contingente militar de cento e vinte portugueses, quarenta

10 Cf. John Gray (1958), *Early Portuguese Missionaries in East Africa*, London: Macmillan and Co Limited St. Martin's Street, p. 27 e Justus Strandes, *Obra Cit.*, pp. 174-175.

11 As consequências da proibição formulada por Filipe II, de que os europeus comercializassem nas praças de Portugal, forçou a presença destes no Índico, anulando as medidas de interdição tomadas pelos espanhóis. Assim, e só durante meio século, os portugueses tiveram acesso exclusivo ao oceano Índico: o primeiro navio francês dobrou o Cabo da Boa Esperança em 1529; em 1580 seria a vez de Drake regressar a Inglaterra vindo do cabo, seguindo-se as embarcações holandesas, a partir do ano de 1595. Apesar de a coroa portuguesa ter mantido a hegemonia no comércio com a Índia e a Ásia, até finais do século XVII, em 1600 seria fundada a Companhia Inglesa das Índias Orientais, a holandesa em 1602 e, em 1604, seria a vez da francesa.

soldados indianos e cento e vinte ajudantes de Melinde, que lutaram contra os persas que tentavam apoderar-se de Unguja. Vitorioso, Cabreira mandara expulsar o Mwinyi Mkuu – à altura a rainha Fatuma bin Yusuf por se ter aliado aos árabes, obrigando-a a exilar-se em Omã.¹² Afora este pequeno sucesso, os árabes não desistiriam das suas intenções, e, em 1698, uma nova ofensiva fê-los conquistar definitivamente a ilha de Zinj. Coube a Saif bin Sultan (?-1711), senhor de Omã, expulsar definitivamente os súbditos de el-rei de Portugal, em 1698, altura em que praticamente toda a área costeira estava nas mãos dos omanis. Havia duzentos anos que Vasco da Gama incluía, com a sua pena, a ilha, nos mapas europeus mas era tempo de descer a cortina portuguesa sobre o palco de Zanzibar, exalando novos ventos de mudança.

A partir de 1699 os árabes dão início a uma nova dinastia, na qual o soberano de Omã e Mascate se tornaria igualmente no sultão de Zanzibar. Em 1828, o sultão Said bin Sultan (1797-1856) visitou a ilha, influenciado pelo que ouvira dizer em relação ao seu potencial agrícola. Logo nessa primeira incursão, nela decide fixar residência, pelo que foi seguido pela corte. Em consequência de tal ação, o número de omanis cresceu e os terrenos férteis conheceram novo ímpeto, enchendo-se de plantações de cravinho, facto que dinamizou a economia local e fez desenvolver o comércio internacional, atraindo empresas do Novo Mundo e do Velho Continente. Stone Town cresceu e urbanizou-se em edifícios de forte cunho árabe e islâmico, mas também colonial e indo-europeu, estendendo-se para lá da enseada de Ng'ade Fambo. Com a morte de Said em 1856, o reino de Mascate e Zanzibar seria dividido pelos seus dois filhos:¹³ Majid bin Said (1834-1870) tornar-se-ia no primeiro sultão independente de Unguja (entre 1856-1870) e, a Thuwaini (1821-1871), caberia o sultanato de Omã. No início, Majid ficou tributário de Mascate mas, em 1861, e muito por pressão de Lord Canning (1812-1862), Zanzibar tornar-se-ia verdadeiramente soberana, deixando de pagar a sua quota anual a Thuwaini. No ano seguinte, em 1862, a assinatura da declaração anglo-francesa mostrava o reconhecimento de Majid como sultão de Zanzibar, por parte dos governos da Grã-Bretanha e de França. Este soberano reinaria até 1870, altura

12 Denota-se uma certa ambiguidade na ação de Fatuma: se por um lado era casada com um árabe e, por isso, não alheia à causa da conquista da ilha para Omã, a rainha não deixou de colaborar com os portugueses nomeadamente quando a 30 de março de 1697 escreveu uma carta ao conde de Vila Verde – Vice-Rei de Goa – comunicando-lhe as notícias respeitantes às tentativas dos árabes de tomar a ilha. Acresce que a monarca já havia auxiliado os portugueses, por altura do cerco a Mombaça (1696), enviando ajuda aos sitiados.

13 Cf. Reginald Coupland (1965), *East Africa and its invaders, from the earliest times to the death of Seyyid Said in 1856*, New York: Russell & Russell INC.

em que subiu ao trono Barghash bin Said (1837-1888), o sultão que assinaria, a 8 de junho de 1873, um tratado com os ingleses, no qual se proibia o comércio escravo.

Note-se que a cidade de Stone Town havia-se expandido e desenvolvido mercê de, desde finais do século XVIII, os europeus aqui terem acudido para comprar escravos, a mão-de-obra necessária para trabalhar quer nas suas plantações coloniais da América e de África quer nas *shambas* (plantações) que tornaram Zanzibar na ilha das especiarias (principalmente cravinho mas igualmente canela, pimenta, baunilha, noz-moscada, açafão e cardamomo). Arrancados do interior do continente africano os negros vendidos no mercado da ilha que chegou a ser o maior entreposto de mão-de-obra escrava da África oriental.



Monumento no mercado de escravos em Stone Town, de Clara Sornas.
Fotografia da autora.

Nos anos 40 de Oitocentos, um cirurgião escocês procurou cristianizar os povos do interior do continente, bem como descobrir a África territorial, constituindo uma das vozes mais ativas no combate ao tráfico de escravos. De nome David Livingstone (1813-1873) foi em Zanzibar que residiu até partir para a sua última expedição em 1866, na qual se propunha a descobrir a nascente do Nilo.¹⁴ Coincidência ou não, o tratado acima referido assinado entre os ingleses e sultão (junho de 1873) surgiu um mês e poucos dias (maio 1873) depois da morte de Livingstone, um dos maiores anti esclavagistas britânicos da altura.

Ainda em relação ao sultão Barghash importa mencionar três aspetos: o primeiro é que em 1886, viu ser assinado o acordo anglo-germânico que o retirava dos comandos de Zanzibar, pois ambos os países haviam repartido a África oriental em duas esferas de influência, tendo a Alemanha cedido o destino de Zanzibar para os ingleses. Este facto garantiu aos britânicos

¹⁴ Curiosamente, na sua expedição anterior – de 1859 – anunciara à Europa ter descoberto o lago Niassa mas, na realidade, o lugar já fora referido pelo capitão português Cândido da Costa Cardoso, treze anos antes, em 1846.

maior influência sobre a zona, permitindo-lhe posteriormente, em 1890, declarar a ilha protetorado britânico¹⁵; o segundo ponto relaciona-se com o facto de Barghash bin Said ter sido condecorado a 10 de Dezembro de 1874 com a grande cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito,¹⁶ embora o único registo que se conseguiu apurar sobre se reporte a uma notícia saída na primeira página *Diário Illustrado* de 27 de Fevereiro de 1887 e que dá conta da sua passagem por Portugal em junho de 1875 por ocasião da revisão das tarifas comerciais com a Inglaterra e França.¹⁷



Diário Illustrado de 27 de Fevereiro de 1887

O terceiro aspeto diz respeito à circunstância do seu sultanato ter sido um dos mais profícuos de toda a história da ilha, tendo sido pelo seu punho que foi assinado o *Tratado de Amizade e Comércio* com o rei de Portugal e dos Algarves, corria o ano de 1879.

15 Tal facto iria acontecer no tempo do soberano Ali bin Said (1854-1893) que assistiria, impotente, à nomeação de um ministro do Reino Unido, para conduzir o seu gabinete, assistindo-lhe ainda o direito de veto sobre as futuras nomeações dos soberanos muçulmanos.

16 Conforme consta na elencagem na obra de Maria Alice Serrão (1966), *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Pap. Fernandes, p. 194

17 *Diário Illustrado* de 27 de fevereiro de 1887, p. 1.



Tratado de amizade e commercio entre sua majestade el-rei de Portugal e dos Algarves e sua alteza o sultão de Zanzibar, assinado aos 25 de Outubro de 1879, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940, p. 5.
Direcção Geral dos Negócios Estrangeiros.

Historicamente, a independência de Zanzibar face a Omã havia sido reconhecida em 1862 mas novos ventos de mudança haviam surgido entretanto: em 1798, precisamente um século depois dos portugueses terem saído de Zanzibar, a disputa de África (Egito) por Napoleão Bonaparte (1769-1821) iniciava uma nova época: a “Era do império”.¹⁸ Esta estruturar-se-ia a partir das diretivas saídas da Conferência de Berlim de 1884/1885¹⁹ e onde a hegemonia imperial europeia definiria uma nova realidade para a ilha do Índico. Por esta altura, havia na ilha uma importante população de raiz portuguesa, originária de Goa, tendo-se aí fixado dezenas de famílias que se dedicavam maioritariamente ao comércio. Havia mesmo uma rua chamada *Portuguesa*, que ficava por detrás do antigo forte e que foi, posteriormente, rebatizada de Gizenga. A maior parte das lojas que nela existiam, pertenciam a goenses, tendo o local sido imortalizado em fotogramas de época, tirados por profissionais com apelidos como Gomes, Coutinho, Souza, Almeida ou Silva; porém não havia qualquer representação oficial portuguesa, uma autoridade que defendesse os interesses (comerciais)

18 Conforme denomina Eric Hobsbawm (1990), *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa: Editorial Presença.

19 A conferência estabeleceu os princípios fundamentais que regulariam a legitimidade da posse de territórios europeus em África, concluindo que os direitos históricos deixavam de conferir o reconhecimento internacional, tornando-se necessário fazer prova de “ocupação efetiva”. O império alemão, país anfitrião do evento, não possuía colónias em África, mas tinha esse desejo e viu-o satisfeito após a conferência, passando a administrar uma parte do território africano – atual Namíbia e Tanzânia. Inglaterra obteve permissão para instalar a Companhia Inglesa da África Oriental, cuja capital se encontrava em Mombaça; os alemães obtiveram idênticas vantagens, com a Companhia Alemã Vitu, em Begamoyo e Dar es Salaam.

dos portugueses aí residentes, embora o atrás referido *Tratado de Amizade* tivesse parcialmente (re)aproximado os dois governos.



Fotografia de uma rua de Stone Town com a bandeira portuguesa.
1º quartel do século XX. Autor desconhecido.

Para além disso era importante demarcar uma posição estratégica face aos interesses das demais potências coloniais europeias na zona, tendo o governo nacional nomeado em 1885 o primeiro cônsul-geral, de seu nome Serpa Pinto (1846-1900). No entanto, o explorador não se demorou muito, pois tinha projetada uma expedição ao Niassa, tendo sido substituído interinamente pelo secretário-geral do governo de Moçambique, José Joaquim de Almeida (1858-1922): este foi quem procedeu à instalação do consulado, entrando em funções após ser recebido por Sua Alteza, no dia 20 de julho. Todavia, Almeida fazia falta a Augusto de Castilho (1841-1912), o governador-geral de Moçambique, pelo que foi nomeado Joaquim de Almeida e Cunha, que não chegaria a exercer o cargo, uma vez que Serpa Pinto regressara entretanto, assumindo funções em setembro.

Neste ponto convém aludir ao facto de que o que acelerou a instituição de uma representação diplomática em Zanzibar foi a cobiça pelas colónias lusitanas por parte de ingleses e alemães. Neste contexto, e despertadas as consciências nacionais sobre o perigo que rondava as possessões africanas portuguesas, alguns interessados fundaram, em 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa, instituição destinada a defender os interesses do país na África negra que permitiu enquadrar várias missões em território africano, nomeadamente as de Serpa Pinto. As missões aliavam propósitos científicos e económicos tendo em vista um intuito da ocupação militar efetiva impulsionada pela Conferência de Berlim que obrigara o Estado português a agir, uma vez que a ocupação histórica não era suficiente para a manutenção dos

territórios ultramarinos.²⁰ E é nesta confluência de conveniências que se integra a decisão do governo português de colocar um cônsul em Zanzibar, precisamente, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto. Nomeado primeiro cônsul-geral em Zanzibar, por decreto de 18 de fevereiro de 1884, Serpa Pinto teve que enfrentar a hostilidade inglesa, cujos interesses na região colidiam com os dos portugueses, não tendo conseguido assinar o *Tratado dos Limites com Zanzibar* – um dos seus principais objetivos. O documento pretendia delimitar a costa, usando de prudência e tato, uma vez que os alemães, os ingleses e os franceses tentavam demarcar os terrenos do sultão, para saber quais os que não lhe pertenciam e, assim, estabelecer os seus protetorados sem atritos com o soberano africano. O essencial é que, desde a nomeação do primeiro cônsul-geral, em 1884, a questão das fronteiras e dos limites continentais se manteve. Serpa Pinto tentou negociar, diretamente com o sultão, um tratado que definisse os limites do império ao norte de Moçambique, mas o soberano não tomou uma posição definitiva e o assunto manteve-se num prolongado compasso de espera. O ferido sentimento nacional motivado pelas decisões de Berlim fez sonhar o referido *Mapa Cor-de-Rosa*, um império transafricano da costa oriental à costa ocidental, que seria inviabilizado pelo *Ultimato* inglês de 1890. Claro que a partida estava votada ao fracasso, desde que os britânicos haviam acusado os portugueses de favorecer o tráfico negreiro africano; e foi desse modo que a esfera de influência portuguesa em terras de Zinj se foi diluindo, para depois se desvanecer e acabar por afundar-se nas vítreas águas do Índico.

Antes porém, houve o “episódio do Tungue”. Em abril de 1886, quando Serpa Pinto partiu para a Europa seguiu-se os factos relativos à ocupação do Tungue.²¹ No ano seguinte, em

20 De Andrade Corvo (1824-1890), Ministro da Marinha e Ultramar, partira o primeiro impulso para uma nova política de expedições, iniciada pelas de Manuel Gorjão (1846-1918), Roberto Ivens (1850-1898) e Hermenegildo Capelo (1841-1917) a Angola e a Moçambique, visando estudar estradas, portos, caminhos-de-ferro, bem como a construção de edifícios públicos. Embarcados no vapor Zaire, o grupo comandado por Serpa Pinto tinha, como objetivo, analisar as relações hidrográficas entre as bacias do Zaire e do Zambeze, e os territórios compreendidos entre as possessões portuguesas, de ambas as costas africanas. Já em Cabinda, em 1877, o explorador português encontrar-se-ia com Henry Morton Stanley (1841-1904), no preciso momento em que o americano acabava de atravessar o sertão, que ligava Moçambique a Angola, e testemunhava que todos os povos que havia contactado diziam ser portugueses, o que foi seguramente utilizado para defender a pretensão do controlo, ou influência portuguesa, sobre a imensa área abarcada no projeto do *Mapa Cor-de-Rosa*, oficialmente apresentado em Lisboa, em 1887.

21 Em 1826, o Capitão-General Chavier Botelho chega a Moçambique e, aproveitando o pedido de proteção e as saudações do Imã de Mascate, propõe àquele soberano um Tratado, onde, entre outras estipulações, se incluía a definição exata da fronteira em Cabo Delgado, na zona de Tungue, mas, apesar do bom acolhimento, este documento não viria a ser firmado por Mascate. Em 1854, a zona foi ocupada pelas tropas de Zanzibar que aí instalaram a sua alfândega, adiando as audiências diplomáticas com Portugal. A 11 de Fevereiro de 1887, o governador-geral Augusto de Castilho formula ao sultão Barghash um ultimato, no qual se impunha a cedência do território em questão. No dia seguinte, desceu-se a bandeira nacional no consulado de Portugal, em Stone Town, entregando-se à proteção alemã a colónia da ilha. A 27 desse mês, Castilho autoriza o Tenente-Coronel Palma Velho a ocupar Tungue. No final declarou-se a paz, e houve uma conferência entre Hermenegildo

junho de 1887, o 2º Visconde de Castilho (1840-1919) – irmão do governador-geral de Moçambique, Augusto de Castilho –, chegava a Zanzibar na qualidade de cônsul português. A 15 de julho, foi recebido pelo sultão a quem apresentou Hermenegildo Capelo (1841-1917), o plenipotenciário para a delimitação de fronteiras. As funções do Visconde, à frente do consulado de Zanzibar, durariam pouco tempo, uma vez que o seu estado de saúde o obrigou a regressar à metrópole, em setembro. Na sua ausência, substituiu-o o vice-cônsul Augusto Braz de Souza, até que foi nomeado Neves e Mello²² como cônsul-geral, por decreto de 18 de março de 1889, publicado a 26 de abril, recebendo o exequátur a 2 de agosto desse mesmo ano. Na sua obra de memórias,²³ Neves e Mello descreve as tradições e mestiçagens da população local enfatizando a ascendência da comunidade portuguesa – principalmente vinda de Goa –, na vivência da ilha.

Conforme o uso aqui estabelecido, fiz a minha visita oficial aos consules pela ordem das precedências; primeiro o representante de Inglaterra, depois o dos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austria; Portugal ocupa o quinto lugar. Segundo a última reforma legislativa, a verba destinada ao consulado de Zanzibar é de quatro contos de réis, sendo quinhentos mil réis para expediente e o resto para o ordenado do cônsul e despesas de representação, sahindo d' esta somma a renda de casa e os honorários do empregado servindo de chanceler. Não seria decerto justo nem razoável desejar uma dotação igual á do consulado inglez, em que o cônsul geral tem, além de casa, mobília e serventúrios 1980 £ annuaes, tres vice-cônsules a 750 £ cada um e o médico 500 £. Era contudo conveniente haver residência para o cônsul e destinar-se uma verba para o chanceler.²⁴

Neves e Mello receberia ainda Henry Morton Stanley, que lhe perguntaria onde se encontravam os exploradores Capelo e Ivens; porém, o cônsul-geral português em breve apanharia “as febres”, sendo obrigado a regressar à pátria.

Entretanto, em 1888, Khalifa bin Said (1852-1890) sucedera a Barghash (reinando entre 1888-1890) e, dois anos depois, em 1890, Ali bin Said herdou a soberania da ilha (detendo a liderança do sultanato entre 1890-1893). De 1893 a 1896, Hamid bin Thuwayni (1857-1896) ficou à frente dos destinos de Zanzibar mas após a sua morte o sultanato viveria os seus dias mais conturbados. A história, inserida dentro da configuração dos interesses europeus nomeadamente ingleses, começou com o seu sobrinho Khalid bin Barghash, (1874-

Coelho (enviado de Portugal) e Lloyd Mathews (representante do sultão). A questão das fronteiras estava resolvida. Cf. Norman R. Bennett, “Zanzibar, Portugal e Moçambique: relações dos fins do século 1890”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 6-7, UNL, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, pp. 9-36.

²² Embora o seu nome não conste no *Anuário Diplomático e Consulares Portuguez* desse ano.

²³ Adelino António das Neves e Mello, *Zanzibar*, Lisboa, Typografia Minerva Central, 1890.

²⁴ Adelino António das Neves e Mello, *Obra Cit.* pp. 94-101

1927) considerado o sucessor direto; porém, este não beneficiava do aval de Inglaterra, que preferia Hamoud bin Mohammed (1853-1902). Há que lembrar o tratado assinado em 1886 – em que se impunha como condição que o novo candidato tivesse a aprovação do cônsul britânico – para perceber que Khalid, por não reunir tal requisito, se colocara contra a velha Inglaterra. Mesmo assim, o pretendente ao trono tomou os destinos de Unguja, embora apenas por dois dias: de 25 a 27 de agosto de 1896. Os britânicos consideraram o episódio um *casus belli* e enviaram um ultimato a Khalid, exigindo o abandono do palácio e do governo. Quando o prazo expirou, às nove horas da manhã do dia 27 de agosto, os britânicos haviam reunidos três cruzadores, dois navios de guerra, uma centena e meia de fuzileiros navais e marinheiros, além de quase um milhar de zanzibares. Do outro lado, cerca de dois mil e oitocentos naturais da ilha encontravam-se prestes a defender o palácio, por entre população civil, guardas, funcionários e escravos. O bombardeamento teve início dois minutos depois das nove da manhã. Rapidamente atearam fogo ao palácio e neutralizaram a artilharia de defesa. O iate real foi afundado e a bandeira atingida. Quando o ataque terminou, passavam dez minutos das nove e trinta. A guerra Anglo-Zanzibar, o conflito mais curto da história mundial, durara quarenta minutos. Enquanto as forças de Khalid totalizavam aproximadamente cinco centenas de baixas, um único marinheiro inglês havia sido ferido. O sultão deposto refugiou-se no consulado alemão e, mais tarde, conseguiu chegar a Tanganica, localizada na África oriental alemã, e ali recebeu asilo político. O efêmero reinado de Khalid bin Barghash caiu assim por terra e, em seu lugar, subiu ao trono Hamoud bin Mohammed que, protegido pelos britânicos, governou até 1902. Foi durante esse período que o soberano emitiu o decreto datado de 6 de abril de 1897, em que se colocava um fim efetivo à escravatura, tendo aquele sido condecorado pela rainha Vitória (1819-1901). Sucedeu-lhe Ali bin Hamud (1884-1918) até 1911, Khalifa bin Harub (também conhecido por Khalifa II) até 1960, Abdullah bin Khalifa até 1963 e Jamshid bin Abdullah (1929) até janeiro de 1964. Em dezembro de 1963, a ilha obteve a independência e tornou-se numa monarquia constitucional, mas o sultão iria ser deposto na revolução do ano seguinte, em janeiro de 1964, quando o destino de Zanzibar se uniu ao de Tanganica, formando a República Unida da Tanzânia.

Resquícios da Presença Portuguesa

Sobra por toda a ilha memórias portuguesas escondidas entre a brisa que sopra do Índico e os fantasmas evanescentes que arrastam o tempo. Em Stone Town, a parte antiga da capital encontra-se a Beit al Ajajib, um edifício que mostra, no seu exterior, dois canhões

portugueses. Ambas as peças fundidas em bronze trazem em relevo as armas de D. João III, com a coroa e a cifra real “J” em ornato, sendo o estandarte real sustentado por um leão heráldico. Uma das peças mede 3.7 metros, tem calibre de 20 centímetros e diâmetro de 55 centímetros; a outra tem 3.12 metros de comprimento, calibre de 18 centímetros e diâmetro de 44 centímetros. Na legenda, em persa e gravada posteriormente, pode ler-se:

Em nome de Deus e por graça de Mohamed Ali comunica-se aos verdadeiros crentes congregados para guerrear, as boas notícias do sucesso e vitória no ano de 1031 da Hegira²⁵. No reinado de Shah Abbas, Safawi, Rei da Terra e do tempo, cujo poder sempre aumenta, imam Kuli Khan, pela graça de Shah, Defensor da Fé, conquistou Fars, Lar, Monte Kaiwan, Bahrein e a Fortelaza de Ormuz e prendeu Ibn Ayyub.



Um dos canhões de origem portuguesa à porta de Beit al Ajaib.
Fotografias da autora.

Depreende-se, da inscrição, que os canhões vieram de Ormuz, após o cerco de 1622, e que terão sido os árabes de Omã a transportá-los para terras de Zinj, onde ficaram, como reminiscência muda de um tempo português.

²⁵ Que corresponde ao ano de 1622 desta Era.



Fragmento de pedra com inscrições portuguesas.
Fotografia da autora.

Entrando-se em Beit al Ajaib há um pequeno museu onde, colocada a um canto, subsiste uma pedra de arenito cujos sulcos desenhavam letras que se agrupam em palavras portuguesas.

VEL
LEITAO
G...SEM
TÃO MOR
MEMDES
SELO²⁶

Aponta-se a sua data para o século XVII, altura da presença portuguesa na ilha. Seria este um fragmento que indica o nome de um capitão-mor português em Zanzibar? Sabe-se que, em Mombaça, as obras na fortaleza de Jesus foram iniciadas pelo seu primeiro capitão, Mateus Mendes de Vasconcelos, entre 1593 e 1596; sabe-se, igualmente, que o capitão morto, aquando do assalto ao mesmo baluarte, em 1631, se chamava Pedro Leitão de Gamboa... o que não se sabe é a quem e a que facto se destinava tal padrão comemorativo.

Fora de Stone Towns, a norte da ilha, remanescem as ruínas portuguesas de Fukuchani e Mvuleni, ambas datadas do século XVI. Nesses dois lugares, construídos quase frente a frente, ergueram os portugueses um par de casas fortificadas. O complexo de Fukuchani situa-se defronte à ilha de Tumbatu e é composto por uma cercadura de paredes exteriores,

26 Notável? Leitão? Capitão-mor? Mendes? Vasconcelos?

com dois metros de altura, que mostra ainda os orifícios perfurados onde se colocariam as armas com a particularidade de cada uma dessas aberturas ter uma orientação diferente, consoante o ângulo do alvo que se pretendia atingir. O edifício principal encontra-se agora protegido por uma estrutura de colmo, que abriga as paredes e as passagens face às intempéries do mar das Índias. Os quartos foram dispostos de leste a oeste, em torno de um corredor central, com varandas na parte da frente e nas traseiras. As portas foram desenhadas em arcos *vidaka*, típicos da arquitetura local. Escavações recentes nas imediações puseram a descoberto missangas, potes chineses e cerâmica vermelha polida, bem como duas moedas do Império do Meio, datadas do século XIV, confirmando estes artefactos a presença dos chineses, antes da chegada dos portugueses.

Seiscentos metros mais a sul, uma muralha, rematada por um portão ferrugento, guarda Mvuleni. O plano da construção de Fukuchani é quase idêntico ao de Mvuleni, ambos únicos, pois não se encontram na ilha edificações semelhantes.



Ruína de Mvuleni.
Fotografia da autora.

Também aqui se podem observar aberturas na muralha defensiva que serviam para colocar as armas dos seus proprietários. A parede leste do recinto delimita um lago subterrâneo alimentado por uma fonte de água doce que certamente já existia aquando da edificação da habitação. Centrando a estrutura, um renque de portas arruinadas perde-se num ponto de fuga que guarda parte da história marítima portuguesa.

Numa resenha final, e no regresso a Stone Town, emoldura-se a história portuguesa em Zanzibar sob o denominado “arco português”,²⁷ redundância e resquício da porta do Índico Português.

Numa abordagem transnacional, os diferentes espaços e tempos desta antiga parcela do império a meio-caminho entre a metrópole e a pérola do império português Oitocentista, a Índia, tornou-se, no século XIX, um foco dos interesses imperiais europeus de tal modo assediado que veio a constituir-se num protetorado britânico, conseguindo posteriormente a independência.



“Arco Português”. Fotografia da autora.

Deixando entreaberta a porta do Índico português, subsistem no vocabulário suaíli palavras cuja origem remonta à língua portuguesa²⁸ mas, porventura, serão apenas palavras e ruínas as reminiscências de uma presença portuguesa por um par de centúrias, dois dos ingredientes principais com que se faz a História.

Para os portugueses, a pequena ínsula quinhentista constituiu um local estratégico na carreira para a Índia; já fora da alçada portuguesa, Zanzibar tornou-se um exemplo relevante dos interesses e da geopolítica dos impérios coloniais europeus oitocentistas, relacionando-se os diferentes espaços do império português e dos impérios europeus para além das fronteiras nacionais impostas retrospectivamente sobre as respetivas histórias. Perante os impasses da

27 Arco que se situa nas cercanias do Jardim do Povo, antigo Victoria Gardens. Não obstante a sua presença se encontrar envolta num mistério que não se conseguiu desvelar até à data, a sua estrutura torna-o semelhante aos demais arcos das igrejas portuguesas, espalhadas pelo mundo, pelo que neste caso não há respostas certas...

28 “Bandeira” transformou-se em *bendera*, “bule” em *buli*, “caixa” em *kasha*, “copo” em *kopo*, “fronha” em *foronya*, “lenço” em *leso*, “mesa” em *meza*, “vinho” em *mvinyo*.

política portuguesa, a hegemonia britânica no Índico relegou a importância das colónias ultramarinas africanas (e não só) para uma posição eventualmente subalterna, porventura fruto de uma certa desambição com que se governara o império até então, pois até a joia da coroa, a Índia portuguesa, era vista como um território longínquo, diáfano e exótico, próprio para ser cantado em estrofes camonianas e invocado em ocasiões solenes. Veja-se as viagens que os soberanos portugueses fizeram às parcelas do império colonial: nem uma única. E foi só quando se sentiu ameaçado e excluído da partilha de África, é que Portugal se empenhou em salvaguardar os seus interesses imperiais históricos, provocando um impacto profundo sobre as sociedades coloniais adstritas aos territórios ultramarinos.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Duarte (ed. 1946), Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Barros, João de (ed. 1946), *Ásia, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Campos, J. J. (1935), “Os portugueses em Zanzibar e Pamba”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Goa, Tipografia Rangel, Bastorá.
- Coupland, Reginald (1965), *East Africa and its invaders, from the earliest times to the death of Seyyid Said in 1856*, New York: Russell & Russell INC.
- Correia, Gaspar (ed. 1975), *Lendas da Índia*, Vol. I, Porto: Lello & Irmão Editores.
- Diário Ilustrado*, de 27 de fevereiro de 1887.
- Freire, Leal (1964), *Pêro da Covilhã*, Castelo Branco: Gráfica S. José.
- Fonseca, Luís Adão da (1998), “Relato directo da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a Época*, Lisboa: Expo’98.
- Garcia, José Manuel (2012), “A abertura do caminho marítimo para a Índia”, *O Mundo dos Descobrimentos Portugueses*, Vila do Conde: Quidnovi, 100-101.
- Grey, John (1958), *Early Portuguese Missionaries in East Africa*, London: Macmillan and Co Limited St. Martin’s Street.
- Hobsbawam, Eric (1990), *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa: Editorial Presença.
- Journal of the Royal Asiatic Society* (1895), Nº. 27 de abril de 1895.
- Monclaro, Francisco (1573), *Relação feita pelo padre Francisco de Monclaro da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto*, Manuscrito português Nº 8, fls. 241-265, V., Lisboa, BNP.
- Mello, Adelino das Neves e (1890). *Zanzibar*, Lisboa: Typografia Minerva Central.

Rego, A. da Silva; (org.) (1962), *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, Vol. I, National Archives of Rhodesia and Nyasaland, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Revista Internacional de Estudos Africanos (1987), N.º 6-7, UNL, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Serrão, Maria Alice (1966), *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada. Subsídios para a sua História*, Lisboa: Pap. Fernandes

Strandes, Justus (1961), *The Portuguese period in East Africa*, Nairobi: East Africa Literature Bureau.

Tratado de amisade e commercio entre sua majestade el-rei de Portugal e dos Algarves e sua alteza o sultão de Zanzibar, assinado aos 25 de Outubro de 1879, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940, Direcção Geral dos Negócios Estrangeiros.